

Negociação pode ficar mais difícil

Costa Couto diz que redução de mandato vai influir nos entendimentos

As negociações em torno de um acordo da dívida externa vão ficar mais difíceis ainda com a decisão da Comissão de Sistematização da Constituinte de reduzir de 5 para 4 anos o período de mandato do presidente José Sarney. A previsão é do ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Ronaldo Costa Couto, ao afirmar que os "negociadores brasileiros ficam mais enfraquecidos" para conseguir um bom acordo, pois eles não trabalham com horizontes curtos.

O ministro entende, porém, que a posição dos constituintes não é definitiva e que poderá ser revertida no Plenário, quando o Governo espera a aprovação do mandato de 5 anos. Explicou, entretanto, que qualquer que seja o acordo firmado com os credores, nas negociações que começam em dezembro, os termos serão respeitados pelos futuros administradores da economia do País.

Costa Couto reconheceu, apoiando a declaração do ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, de que vai ficar difícil governar com um mandato de 4 anos, dos quais só restam 15 meses, insuficientes para a execução de qualquer programa econômico.

Apesar da derrota que sofreu na Comissão de Sistematização, o Governo

não fará nenhuma mudança na política econômica, observou o ministro. O presidente José Sarney, afirmou, vai se concentrar na execução das medidas já em andamento. Absorvido mais com o processo político na primeira parte de seu Governo, o Presidente da República, de acordo com Costa Couto, dará prioridade, agora, aos problemas econômicos do País, especialmente ao acompanhamento do Plano Bresser e do Plano de Controle Macroeconômico.

A preocupação do Governo, de acordo com assessor da Presidência da República, é administrar com mais rigidez o processo inflacionário, cuja tendência de descontrole total já foi percebida pelas autoridades econômicas. O Presidente da República, na opinião desse assessor, recomendou ao ministro da Fazenda e sua equipe para, dentro do possível, encurtar os cronogramas, especialmente aqueles que beneficiem programas de obras para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, como a Ferrovia Norte-Sul.

PACOTE FISCAL

Mas ontem, o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, disse que a definição da Comissão de Sistematização de reduzir o mandato do presidente José Sarney não vai interferir

no andamento da política econômica, inclusive na elaboração do pacote fiscal pelo Ministério da Fazenda.

Bresser Pereira confirmou o aumento e a reformulação de alguns impostos e mesmo enfatizando que "nada ainda está definido" não descartou a hipótese do pacote ser anunciado até o final do ano. Os técnicos da Receita confirmam as declarações do ministro destacando que a aprovação do pacote será por decreto-lei do Presidente da República.

Eles destacam que o pacote só está delineado, ou seja, sabe-se que ele se concentrará, principalmente, nos impostos mais rentáveis para o Governo, que são o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e o Imposto de Renda tanto da pessoa física como da jurídica. Também faz parte do pacote uma revisão completa da política de tarifas aduaneiras, setor onde o Governo praticamente não arrecada em função das isenções concedidas às exportações.

No Imposto de Renda da pessoa jurídica uma das medidas em estudo é a criação de uma alíquota diferenciada, mais alta, para tributar na declaração de rendimentos todos os ganhos que não sejam caracterizados como lucro operacional.